



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0005914-11.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 169/2014 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 1861/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Amadeo Papa Junior e outro**

Justiça Gratuita

Aos 25 de janeiro de 2017, às 14:45h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como dos réus **AMADEO PAPA JÚNIOR** e **BRUNO WILLIAM PEREIRA**, o primeiro acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas e o segundo acompanhado do Defensor Dativo, Dr. Celso Benedito Camargo. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Marco Aurélio Bernarde de Almeida, Promotor de Justiça. Ausentes os réus **BRUNO WILLIAM PEREIRA** e **AMADEO PAPA JÚNIOR**. Presentes seus defensores, Dr. Celso Benedito Camargo, defensor dativo e Dr. Lucas Abrantes Pinheiro, Defensor Público, respectivamente. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Pedro Pelosi Filho, as testemunhas de acusação Sandro Rogério Filismino de Souza e Luiz Carlos Ambrozini, tudo em termos apartados. O MM. Juiz declarou prejudicados os interrogatórios dos réus e decretou a revelia dos réus. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal movida pelo Ministério Público em face de Amadeo Papa Júnior e Bruno Willian Pereira, pela prática do delito de furto duplamente qualificado, pela escalada e comparsaria, em período de repouso noturno, conforme descrito na inicial. A denúncia foi recebida, os réus foram regularmente citados e deixaram de comparecer à audiência de instrução, razão pela qual foi decretada sua revelia. A ação penal é procedente. A autoria é certa e recai sobre a pessoa dos réus. Não há dúvidas de que os agentes que, na posse de uma carriola contendo os objetos subtraídos da vítima, foram abordados pela guarda municipal, eram efetivamente Amadeo e Bruno. Prova disso é a sua confissão na fase investigativa, que foi glosada pelo depoimento da testemunha Luiz Carlos, que conduziu a abordagem. O depoimento da testemunha Sandro Rogério, que permaneceu apenas fazendo a segurança da abordagem, deve ser recebido com reservas, seja pelo decurso do tempo, seja por não ter participado efetivamente da abordagem. A materialidade delitiva vem demonstrada pelo auto de exibição, apreensão e entrega de fls. 7, 10, 61 e 64, bem como pelo laudo pericial de fls. 27/32 que constatou a ocorrência da escalada. Assim, praticaram os réus conduta humana típica, antijurídica e culpável, razão pela qual devem ser condenados e suas penas assim ser fixadas. Havendo a incidência de duas qualificadoras, uma delas deve ser utilizada para a fixação da pena de partida e a outra como circunstância judicial negativa apta a elevar a pena. Em relação ao corréu Bruno, observo que nos termos da folha de antecedentes acostada aos autos (execução 01), o réu é reincidente (art. 64, I do CP). O regime inicial de resgate da reprimenda para o corréu Bruno pode ser o fechado. Inviável a substituição



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

da pena privativa de liberdade por restritiva de direito em relação a este. Diante do exposto, requer o Ministério Público a integral procedência da ação. **Dada a palavra À DEFESA do réu Amadeo:** MM. Juiz: A Defensoria Pública requer a absolvição do réu Amadeo por não haver prova suficiente de autoria. Embora alguns objetos da vítima tenham sido recuperados, nenhuma das testemunhas hoje ouvidas ou a vítima souberam indicar elementos de convicção da participação de Amadeo na subtração. A autodefesa exercitada por ele na fase de inquérito também é factível e não caracteriza confissão. Assim, tendo em vista o princípio do in dubio pro reo requeiro absolvição com fundamento no art. 386, VII do CPP. Em caso de condenação, requeiro em primeiro lugar o afastamento da figura do furto noturno que segundo a doutrina majoritária não se compatibiliza com o furto qualificado. Sem desconhecer o único precedente do STJ nesse sentido, parece que aquela posição da corte, por ser contrária à doutrina e jurisprudência dominantes, será revista. No mais, requeiro o reconhecimento do privilégio, uma vez presentes os requisitos legais, especialmente a primariedade do réu e o valor da res furtiva inferior ao salário mínimo vigente. Em decorrência do reconhecimento do privilégio, requeiro a aplicação exclusiva da pena de multa conforme facultado pela lei. Se não acolhido esse pleito, requeiro pena mínima em regime aberto com posterior substituição por restritiva de direitos, assim como a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Dada a palavra À DEFESA do réu Bruno:** MM. Juiz: Bruno William foi denunciado pelo delito descrito na denúncia de fls. 1 e 2 por furto qualificado. Na fase policial, o acusado negou participação no delito. Citado por precatória, deixou de comparecer a esta audiência de instrução e julgamento. Colhida a prova testemunhal, essa não se mostrou segura em relação à participação do acusado no delito descrito na denúncia de fls. 1 e 2. A primeira testemunha Sandro, em juízo, sob o crivo do contraditório, afirmou não ter reconhecido o acusado Bruno no local dos fatos, relatando unicamente a ter reconhecido Amadeo Papa Júnior como autor dos fatos. O depoimento de referida testemunha, agora em juízo e sob o crivo do contraditório é a única capaz de ser acolhida no julgamento da presente lide. A vítima e testemunha Pedro Pelosi afirmou não conhecer Bruno e não soube das qualquer informação que influenciasse no julgamento da presente lide em desfavor do acusado. Ante a fragilidade das provas produzidas, requer a defesa a absolvição do acusado Bruno William Pereira e caso assim não se entenda a aplicação da pena mínima por ser medida de direito. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. AMADEO PAPA JÚNIOR** RG: 21.701.845-2 e **BRUNO WILLIAM PEREIRA**, RG: 44.626.614-0, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso na sanção do art. 155, § 4º, incisos II e IV, c.c. os arts. 29 e 155, § 1º, todos do Código Penal, porque no dia 13 de maio de 2014, por volta das 04:15h, na residência localizada na rua Aquidaban nº 1.115, nesta cidade, AMADEO e BRUNO, unidos pelo mesmo liame subjetivo, durante o repouso noturno e mediante escalada, subtraíram para eles uma caixa de ferramentas, contendo chave de rosa, um alicate e chaves de catraca, além de uma morsa industrial, um macaco de veículo, dois cilindros usados, uma carriola e dois botijões de gás, avaliados em R\$ 695,00, de propriedade da vítima Pedro Pelosi Filho. Segundo foi apurado, na ocasião, os denunciados combinaram a prática do crime e, aproveitando o repouso noturno, no qual a vigilância coletiva é menos reforçada, conseguiram escalar um muro lateral da casa da vítima, de altura de 1,90m e ingressaram nos fundos da residência, de onde subtraíram os bens. Após a subtração, na rua Aquidaban, próximo ao nº 453, guardas municipais viram os denunciados carregando os bens furtados em uma carriola; como os denunciados não conseguiram explicar o motivo da posse dos bens, estes foram apreendidos; posteriormente, ficou esclarecido que os objetos encontrados com os indiciados tinham sido subtraídos da vítima, sendo que esta os reconheceu como de sua propriedade, os quais a ela foram entregues. Recebida a denúncia (pág. 138), os réus foram citados (págs.160 e 188) e responderam a acusação através de seus defensores (págs.190/191 e 215/221). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e duas testemunhas de acusação. Nos debates o Dr.



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Promotor opinou pela condenação e as Defesas dos réus requereram a absolvição ou a concessão de benefícios na aplicação das penas. **É o relatório. DECIDO.** A acusação é improcedente. A materialidade restou evidenciada pela prova documental e oral. A autoria é nebulosa. Na fase policial, nenhum dos acusados confessou a prática do delito. Em juízo, foi decretada a revelia de ambos. A vítima Pedro não presenciou o furto, apenas foi informada por uma pessoa chamada Samuel de que o réu Amadeo havia sido visto com um botijão de gás pelas ruas. Os depoimentos das testemunhas de acusação foram bastante contraditórios. O guarda municipal Sandro disse que abordou Amadeo na posse de uma carriola contendo os objetos furtados. Acrescentou que Amadeo mencionou que havia localizado os bens em estado de abandono e que Amadeo estava sozinho. A testemunha Luiz Carlos, guarda municipal, por sua vez, narrou que Amadeo e Bruno estavam juntos quando foram localizados os objetos furtados. Não se recordou de quem estava na posse da carriola utilizada para o transporte dos bens e mencionou que os réus disseram que os objetos lhes pertenciam. Desta forma, não existe prova segura para a condenação do corréu Bruno, que apenas foi citado no depoimento da testemunha Luiz Carlos. O mesmo ocorre em relação ao corréu Amadeo, não sendo possível saber se deve ser dado crédito ao depoimento da testemunha Sandro ou ao prestado por Luiz Carlos, que sequer indicou quem realmente estaria na posse dos objetos furtados da vítima. Destaca-se ainda que na ausência de elementos seguros em relação à autoria do crime, milita em favor dos acusados o benefício da dúvida. Embora existam indícios concretos apontando ao menos a autoria por parte de Amadeo, tais elementos não são suficientes para a condenação, diante da contradição existente na prova judicial, devendo ser observado o disposto no art. 155 do CPP. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO os réus AMADEO PAPA JÚNIOR E BRUNO WILLIAM PEREIRA**, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_ (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a): (assinatura digital).

Promotor(a):

Defensores:

Ré(u):